

A OFERTA DE APOIO SOCIAL E BOLSAS AOS ESTUDANTES PODE INFLUENCIAR A SITUAÇÃO DE DESLIGAMENTO DOS MESMOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR?

Silene P. Lozzi
Mariana L. Teixeira
(Universidade de Brasília-Brasil)

O desvinculamento ou desligamento dos estudantes que frequentam a educação superior pode ser agravado pelo abandono definitivo dos estudos, provocando graves consequências sociais ou econômicas. Neste estudo, são apresentados os percentuais de recebimento de auxílio como forma de apoio social pelos estudantes e o de bolsas de estudo para realização de atividades de pesquisa, monitoria e extensão no ano de 2016. Verificou-se que do total de 1.289.002 estudantes que recebiam apoio social, o maior percentual correspondeu ao de material didático, seguido pelo auxílio transporte. Quanto ao percentual de bolsas, o maior foi o de bolsas de extensão, seguido pelo de monitoria e depois pelo de bolsas de pesquisa. Quando se analisa a distribuição desses recursos nas categorias pública ou privada do ensino, verifica-se que as instituições públicas apresentam maior percentual de estudantes que recebem apoio social em relação às privadas. Quanto ao tipo de apoio, nas instituições públicas predomina o apoio para a alimentação, enquanto nas privadas o apoio para material didático atinge maior percentual. As bolsas de monitoria, pesquisa e extensão também são mais frequentes no ensino público do que no privado, sendo que nas instituições públicas as bolsas de pesquisa foram as mais frequentes e nas privadas, as de extensão. A relação entre as formas de apoio e oferta de bolsas com a permanência dos estudantes ou, inversamente, com seu desligamento foi estabelecida com determinação do coeficiente de correlação entre os mesmos. Esse resultado apresentou-se negativo para o recebimento de apoio social ou qualquer dos tipos de bolsa e o desligamento dos estudantes, indicando que essas formas de apoio e incentivo podem influenciar positivamente a permanência dos estudantes. Tais dados devem ser avaliados no contexto do planejamento de políticas para o estabelecimento de melhorias na educação superior brasileira.

Palavras Chave: apoio social, bolsas, desligamento, permanência, educação superior.

Does the provision of social support and scholarships to students can influence the disengagement of those students in higher education institutions?

The disengagement of students in higher education can be aggravated by the definitive abandonment of studies, with serious social or economic consequences. In this study are presented the percentages of receipt of aid as a form of social support by students and the receipt of scholarships with the purpose of conducting research, monitoring and extension activities in the year of 2016. It was verified that out of a total of 1289002 students, the highest percentage of aid corresponded to didactic material, followed by transport aid. As for the percentage of scholarships, the most representative was that of extension scholarships, followed by monitoring and then research scholarships. When analyzing the distribution of these resources in the public or private categories of education, it was found that public higher education institutions have a higher percentage of students receiving support when compared to the private sector. Regarding the type of support, in public institutions the support for food is predominant,

while in the private ones support for didactic material hits higher percentages. The monitoring, research and extension fellowships are more frequent in public than in private education. In public institutions the research scholarships were the most frequent while, in the private education institutions, the extension ones were predominant. The relation between the forms of support and the offer of scholarships with the permanence of students or, inversely, with their disengagement, was established with determination of the correlation coefficient between them. This result was negative for the receipt of social support or any of the types of fellowships and disengagement of students, indicating that these forms of support can positively influence the permanence of students. Such data should be evaluated in the context of policy planning for the establishment of improvements in Brazilian higher education.

Key-words: social support, scholarships, disengagement, staying policies, higher education.

Introdução

O acesso de estudantes a educação superior tem sido assunto de grande discussão e políticas públicas no Brasil. Para o ano de 2024, estabeleceu-se o compromisso de que dar a 33% da população de jovens entre 18 e 24 anos a garantia de acesso a esse ensino, a meta 12, estipulada no Plano Nacional de Educação (PNE) para o Período de 2014 a 2024. Porém, de 2010 a 2016 o crescimento anual médio de matrículas para essa faixa etária foi de 4,1%, crescendo de 3,3 para 4,2 milhões de matrículas. A taxa anual de crescimento proposta não seria problema se o crescimento verificado não tivesse sido de apenas 0,1% de 2015 para 2016. No que diz respeito ao cumprimento da meta seria necessário aumentar em cerca de 8% o número dessas matrículas para garantir o cumprimento da meta, sendo que esse percentual subiu em 1,3% no mesmo período, de 2015 a 2016. Esses dados, noticiados pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior - ABMES (2018) apontam para o quão desafiador é a democratização da educação superior brasileira, uma vez que esse conceito integra vários parâmetros, sendo o aumento de número de matrículas somente um, entre tantos.

A democratização do ensino vai além do aumento do número de matrículas e está atrelada ao aumento de oportunidades do acesso e permanência e estudantes que não tinham o acesso a educação superior. No contexto da educação brasileira, programas de acesso são implantados no rol de políticas públicas de caráter inclusivo e compensatório, criados para retificar distorções, desigualdade de oportunidades tradicionalmente observadas no panorama de políticas universalistas de acesso. Como lembra Cury (2005), esses programas compensatórios surgem em contraposição ao favorecimento de grupos hegemônicos no acesso aos bens sociais, reunindo aspectos de igualdade e equidade. Entre as políticas com foco no acesso ao ensino superior implantadas nas últimas décadas pode-se citar o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni), voltados para a população de baixa renda, favorecendo o ingresso desses estudantes em instituições de ensino superior (IES) privadas. Tais programas tem tido resultados consideráveis, inclusive diminuindo os casos de abandono dos estudos por motivos financeiros, em especial o ProUni, de acordo com estudo realizado por Costa e Ferreira (2017). Com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

- REUNI, houve aumento significativo do número de vagas nas universidades federais, favorecendo a inclusão social na via de democratização da educação superior. A criação de vagas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os IFETs, também contribuiu para esse panorama. Mas, isso não basta.

Para tornar a educação superior mais inclusiva e diversa, a partir de acaloradas discussões sobre a democratização do acesso, foram sendo criadas políticas de cotas nas universidades, instituídas por meio de ações afirmativas. Em 2012 foi sancionada a Lei de número 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que estabelecia como única política de ação afirmativa a reserva de metade das vagas para estudantes que tivessem cursado o ensino médio em escolas públicas, sendo metade dessas para estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Nos dois casos deve ser considerado percentual mínimo equivalente ao da soma de pretos, pardos e indígenas com base em dados do IBGE (BRASIL, 2012). Estudo recente sobre os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade - para os anos de 2012 a 2014 demonstrou que estudantes cotistas tiveram desempenho equivalente aos colegas não cotistas. O desempenho dos estudantes beneficiados pelo FIES foram equivalentes ao de não cotistas e inferior ao dos que eram vinculados ao ProUni, que inclui programas de bolsa permanência com bolsas de valor equivalente ao de iniciação científica para os alunos com bolsa integral no programa (Wainer & Melguizo, 2018). Além disso, foi criado o Programa de Bolsa Permanência (PBP), que dá bolsas para alunos indígenas ou em vulnerabilidade socioeconômica matriculados em IES federais. Assim, bolsas de manutenção e permanência, auxílios e ajudas de custo também representam suporte para os estudantes do ensino superior. Um marco no panorama da assistência estudantil aconteceu em 2007 com a Portaria Normativa nº 39, em que foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES um programa de apoio à permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES), entre outros. Essa norma foi seguida pelo Decreto 7.234, em 2010, voltado para a democratização de condições de permanência de jovens na educação superior pública e federal e combater os efeitos de desigualdades sociais e regionais no panorama da educação superior, contribuindo para a diminuição de evasão e promoção da inclusão social. As ações de assistência estudantil previstas seriam voltadas para a moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção a saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superlotação. Os critérios e metodologia para a seleção de alunos a serem beneficiados seriam de responsabilidade das instituições. Em seu art. 5º, o decreto prevê que o programa seria voltado prioritariamente para estudantes da rede pública de Educação Básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010).

Uma vez que os programas de assistência estudantil voltados para a permanência dos estudantes seriam geridos em grande parte pelas IES, verifica-se a heterogeneidade dos mesmos quando se comparam as iniciativas institucionais. Com isso, configuram-se quadros de exercício da autonomia na gestão universitária, possibilitando aos atores institucionais iniciativas voltadas para a realidade diferenciada das instituições, especialmente no que concerne ao perfil dos estudantes. Os diferentes programas implantados em diferentes instituições públicas podem ser conferidos em trabalhos como o de Maciel, Lima & Gimenez (2016), que avaliaram tais políticas em cinco Universidades do estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o estudo realizado por

Moreira, Santos, Nogueira & Lozzi (2018), sobre as políticas de permanência na Universidade de Brasília – UnB.

A pergunta que se faz é se há influência do recebimento das diversas formas de auxílio como apoio social ou mesmo de bolsas de estudo na situação e trajetória acadêmica dos estudantes nas IES brasileiras. Assim, com base em dados recentes do Censo da Educação Superior (INEP, 2017), são apresentados neste trabalho os percentuais de estudantes que recebem os diversos tipos de auxílio como apoio social e bolsas para realização de atividades de monitoria, pesquisa e extensão, considerando-se as categorias pública e privada do ensino superior. A existência de correlação entre as formas de apoio e oferta de bolsas e as situações de permanência ou desligamento foi avaliada, o que deve ser avaliado no contexto do planejamento de políticas públicas com vistas a melhorias na democratização, acesso e permanência de estudantes na educação superior no Brasil.

Metodologia

Neste estudo foram utilizados os dados do Censo da Educação Superior do ano de 2016, disponibilizados pelo INEP (2017). Os microdados do banco de alunos foram exportados para o *IBM Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS versão 20.0 e o percentual de estudantes que recebem apoio social, que fazem atividades extracurriculares e que recebe bolsas para estágio, pesquisa, ensino e extensão foram obtidos para o conjunto de alunos dos cursos de graduação. Inicialmente, a variável categoria administrativa, com seus subtipos foi recodificada em outra, onde as categorias pública federal, estadual e municipal foram reunidas em “pública” e as categorias privada com e sem fins lucrativos em “privada”. Para se avaliar a correlação entre o recebimento dos diversos tipos de apoio, realização de atividades extracurriculares e o recebimento de bolsas com a situação de desvinculamento dos estudantes foi criada uma variável do tipo *dummy*, onde o aluno em situação de desvinculamento ou desligamento recebeu o código 1 e os demais tipos foram reunidos no código zero. Para avaliar a existência de relação entre essas variáveis foi feita a análise bivariada de correlação e o índice de correlação de Pearson foi determinado, sendo que o nível de significância considerado foi de 0,01.

Resultados e Discussão

De início são apresentados os percentuais relativos a estudantes da educação superior brasileira que receberam alguma modalidade de apoio social, realizaram atividades extracurriculares e foram bolsistas de estágio, monitoria, pesquisa e extensão em IES públicas ou privadas no ano de 2016. Como comenta Imperatori (2017), ações na área de assistência estudantil não são recentes, mas, depara-se com a escassez de pesquisas sobre esse assunto, principalmente com dados regionais ou nacionais, daí a importância desse estudo, com dados gerais dos alunos das IES brasileiras. A ideia de fazer uma análise descritiva dessas variáveis tem o objetivo de caracterizá-las no contexto da educação superior, partindo do pressuposto de que essas formas de apoio ou atividades podem influenciar o vínculo do estudante com o curso, instituição e até mesmo com a educação superior.

Um total de quase 1,3 milhão de estudantes das IES brasileiras recebeu algum tipo de apoio social no ano de 2016, representando 11,3% do total de estudantes (Tabela 1). Dos tipos de apoio ofertados pelas IES e que constam nos dados do Censo da Educação Superior, o apoio com material didático foi o mais expressivo, seguido pelo apoio para o transporte e bolsa permanência. As atividades extracurriculares realizadas pelos estudantes foram de Estágio, Extensão, Monitoria e Pesquisa, totalizando quase 1,5 milhão de casos registrados. Quanto ao percentual de estudantes que receberam apoio social o maior foi o de Material Didático, seguido pelo apoio para a alimentação. Atividades de extensão foram as de maior frequência, assim com de bolsas de extensão foram as mais numerosas. Como naquele ano 78,9% dos estudantes eram de IES privadas (dados do Censo) e nessas, como demonstram os dados da Figura 1, houve predomínio de apoio com material didático, isso justifica seu maior percentual no cômputo geral. O mesmo vale para estudantes que realizaram atividades de extensão ou receberam bolsas de extensão em relação às demais, uma vez que nas IES privadas, de maior peso na soma total, eram essas as modalidades mais frequentes.

Tabela 1: Tipos de apoio social, atividades extracurriculares e bolsas recebidas pelos estudantes de IES brasileiras no ano de 2016.

	N	% Total	% Válido
Apoio Social	1289002	11,30	
Bolsa Alimentação	323919	2,80	25,10
Bolsa Permanência	124910	1,10	9,69
Bolsa Trabalho	65087	0,60	5,00
Material Didático	857267	7,50	66,50
Moradia	61583	0,50	4,80
Transporte	178819	1,60	13,90
Atividade Extracurricular	1488839	13,00	
Estágio	327868	2,90	22,02
Extensão	1084170	9,50	72,80
Monitoria	208628	1,80	14,00
Pesquisa	261442	2,30	17,60
Bolsas	605142	5,29	
Bolsa Estágio	219439	1,90	66,90
Bolsa Extensão	240215	2,10	22,20
Bolsa Monitoria	59955	0,50	28,70
Bolsa Pesquisa	85533	0,70	32,70
Total de Alunos	11449222		

Fonte: Censo de alunos da educação superior de 2016 (INEP).

Quando se analisam essas variáveis comparando-se o setor público e privado da educação, verifica-se que, no que diz respeito a apoio social, maior percentual de estudantes de IES públicas recebem esse benefício em relação ao das IES privadas (Figura 1). Esse resultado condiz com o fato de que o PNAES é destinado a estudantes de Instituições Federais de Educação Superior. Mesmo assim, dados aqui analisados mostram a participação de estudantes de IES privadas no conjunto dos que recebem algum tipo de apoio social. Na esfera pública foram maiores os percentuais de apoio alimentação, permanência, moradia e transporte, enquanto que nas privadas houve predomínio de apoio com material didático. A existência desse Programa voltado para IES públicas federais tem impacto nítido no apoio à permanência desses estudantes nos

estudos. Porém, o ingresso de grande parte dos estudantes em IES privadas tem ocorrido, nas últimas décadas, a partir do financiamento estudantil, sendo que esses estudantes não apresentavam condição socioeconômica superior, em maioria, às dos que estudam em instituições públicas, daí a necessidade de financiamento dos estudos. Com isso, abre-se a discussão sobre a necessidade de políticas de apoio social a grupos desfavorecidos economicamente e que frequentam o ensino privado. Para reforçar essas discussões, alguns resultados de estudos não podem faltar. Um deles foi citado por Pacheco e Ristoff, em 2004 (p.9): “Estudo recente do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes revela que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que ‘não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito’”. Assim, mesmo estudando em instituições privadas, vários estudantes carecem de apoio para permanecerem em seus estudos, que vão além do FIES e Prouni.

Por outro lado, instituições públicas e concorridas têm vagas preenchidas por estudantes de maior poder aquisitivo, com melhores condições de estudo e maior capital social e cultural (Schwartzman, 2013). Mas, tem havido mudanças nesse panorama. Exemplo disso é a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que de 2002 a 2012 reduziu em mais de 5% o percentual de estudantes originários do ensino médio privado. A redução da renda familiar dos matriculados foi reduzida em 30 %. Dados de 2016 mostram que 47,4% dos estudantes matriculados naquela Universidade eram provenientes do ensino médio público. Essas alterações no perfil dos estudantes têm de ser sempre atualizadas no âmbito das discussões e planejamento de políticas para a educação superior.

As atividades extracurriculares também refletem em algum grau a ligação dos estudantes com a vida acadêmica, uma vez que representam atividades complementares às dos cursos e geralmente os estudantes que as praticam estão mais inseridos no fluxo curricular. Analisar as diferenças no percentual de realização dessas atividades na esfera pública ou privada torna-se importante porque se essas atividades reforçarem o vínculo dos estudantes com os estudos, programas que incentivem tais atividades podem provocar bons resultados. A frequência geral de estudantes que realizam atividades extracurriculares é maior na esfera privada do que pública, em especial ao que se refere às atividades de extensão. A frequência de estudantes que realizam estágio extracurricular é semelhante nas duas categorias administrativas e atividades de monitoria e de pesquisa são realizadas com maior frequência por estudantes de IES públicas. Guareschi, Wendt, & Dhein, (2011). publicaram um estudo em 2011 demonstrando as diferenças quanto a frequência de estudantes da iniciativa pública e privada na participação em atividades de pesquisa, monitoria e extensão. Esses autores apontaram para a maior participação dos estudantes em atividades de pesquisa estar associada à presença de cursos de pós-graduação nas IES. Ainda, as IES públicas federais e particulares foram equivalentes quanto ao percentual de alunos que fazem atividades de iniciação científica e de extensão, sendo que as atividades de monitoria mais comuns nas públicas federais segundo dados do curso do Questionário do Estudante, do Enade (Guareshi *et al.*, 2011). As ligeiras diferenças observadas quando se comparam esses dados da literatura e os deste estudo podem ser atribuídas aos diferentes períodos analisados e fonte de dados, uma vez que aqui são analisados dados do Censo e naquele trabalho, dados do Enade.

O recebimento de bolsas de estudo para a realização de estágios, atividades de pesquisa, ensino e extensão foi de maior percentual por estudantes de IES públicas do que de privadas e reflete o engajamento de estudantes com a vida acadêmica, uma vez que estudantes que estão retidos ou fora do fluxo curricular raramente conseguem tais bolsas. A oferta de bolsas para favorecer a permanência de estudantes na educação

superior constituiu iniciativa na Universidade Federal da Bahia – UFBA, com o Programa Permanecer, criado para favorecer a permanência nos estudos de estudantes socioeconomicamente vulneráveis, como relata Nery, Santos, Santos & Sampaio, (2011). Professores e Técnicos Administrativos podiam inscrever seus projetos na categoria institucional, de extensão universitária ou de monitoria e aos estudantes que participavam eram ofertadas bolsas de permanência. A oferta de bolsas requer a contrapartida de dedicação por parte dos estudantes, favorecendo sua inserção e compromisso com atividades institucionais e conseqüentemente, com o ensino superior.

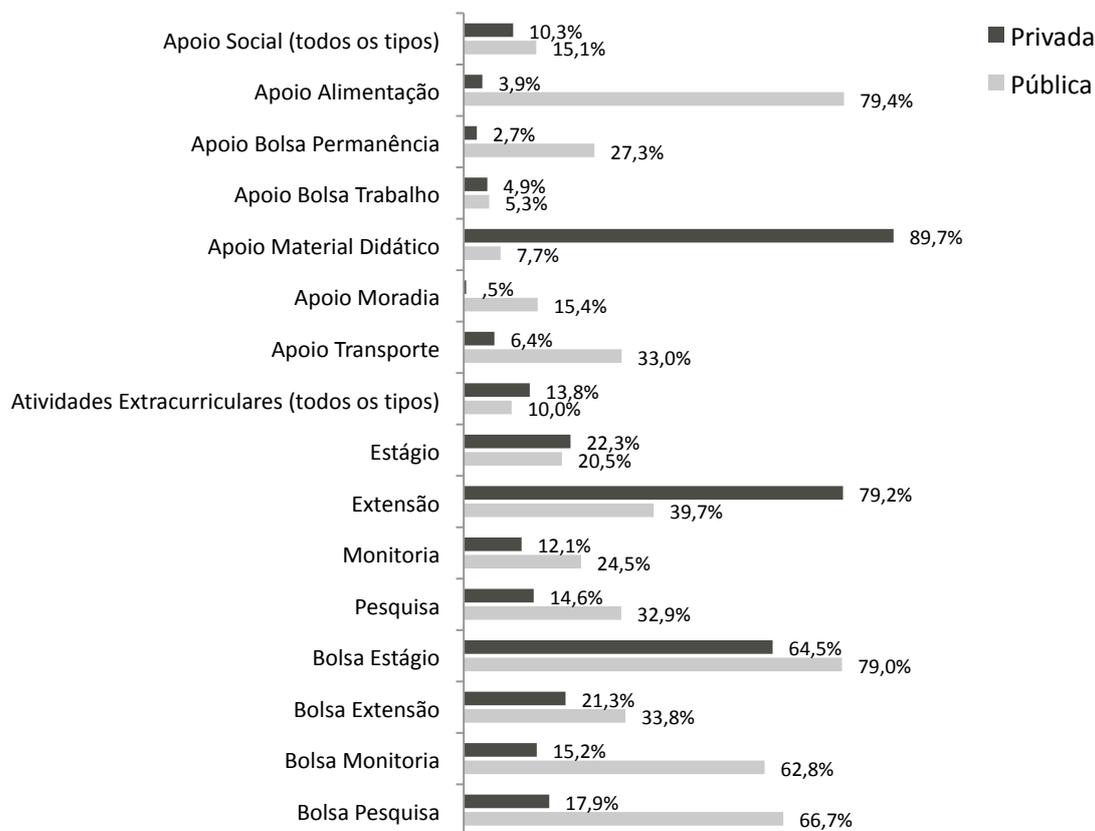


Figura 1: Percentual de estudantes com apoio social, que realizam atividades extracurriculares e que recebem bolsas em IES públicas e privadas no ano de 2016.

Nesse ponto de discussão, a questão levantada foi se o investimento que tem sido feito em bolsas e atividades extracurriculares tem tido relação ou efeito na situação acadêmica dos estudantes. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior, os estudantes quanto a esse critério podem ser classificados como “cursando, desvinculados, falecidos, formados, em trancamento ou transferidos para outros cursos”. Dessas situações a de desvinculação ou desligamento do curso é a que reflete maior risco de abandono dos estudos. Mesmo havendo uma chance de retomarem o vínculo com o curso, estudantes em desligamento ficam retidos no fluxo curricular, diminuem a taxa anual de concluintes e, se não forem reintegrados, evadem de cursos, IES ou mesmo da educação superior. O aluno desligado pode ser reintegrado em seu curso e não se sabe muito sobre os motivos que levam o indivíduo a solicitar sua reintegração, um processo administrativo da IES, assim como não se conhece com precisão o perfil

desses estudantes. Contudo, há relação de desligamento com evasão, uma vez que o aluno que se reintegra foi antes considerado evadido da IES não possuindo, na data de referência do Censo, vínculo com o curso (Andrade, Silva Jr., Almeida, Melo & Belloni, 2017).

Assim, avaliar se há relação, direta ou inversa, entre a situação de desligamento e o recebimento de benefícios, bolsas ou realização de atividades extracurriculares pode refletir a importância desses investimentos com a situação acadêmica do aluno. Para avançar na resposta a essa questão, foi feito, neste estudo, o teste de correlação de Pearson e a Tabela 2 mostra os índices de correlação entre o desligamento dos estudantes e as diversas formas de apoio, atividades extracurriculares e o recebimento de bolsas. Para todos esses o índice de correlação foi negativo, com significância no nível de 0,01. O índice negativo de correlação indica uma relação inversa entre as duas variáveis. Assim, quanto maior o recebimento desses benefícios, apoio e realização de atividades extracurriculares, menor a probabilidade de desligamento do curso o que reflete, conseqüentemente, nos índices de retenção e evasão dos cursos. Nessa direção, Tinto (1997) sinaliza que quanto maior o envolvimento do aluno, academicamente e socialmente, em experiências com os colegas, maior a chance de engajamento no próprio processo de aprendizagem, que requer tempo e energia.

Tabela 2: Índice de correlação entre os diversos tipos de apoio social, atividades extracurriculares e bolsas recebidos pelos estudantes e a situação de desvinculamento.

	Correlação de Pearson	Sig (bivariado)	N
Apoio Social	-,082**	0,00	11449222
Apoio Alimentação	-,068**	0,00	1289002
Apoio Bolsa Permanência	-,037**	0,00	1289002
Apoio Bolsa de Trabalho	-,029**	0,00	1289002
Apoio Material Didático	,067**	0,00	1289002
Apoio Moradia	-,045**	0,00	1289002
Apoio Transporte	-,050**	0,00	1289002
Atividade Extracurricular	-,107**	0,00	11449222
Complementação Estágio	-,075**	0,00	1488839
Complementação Extensão	,081**	0,00	1488839
Complementação Monitoria	-,048**	0,00	1488839
Complementação Pesquisa	-,019**	0,00	1488839
Bolsa Estágio	-,011**	0,00	327868
Bolsa Extensão	,018**	0,00	1084170
Bolsa Monitoria	-,085**	0,00	208628
Bolsa Pesquisa	-,129**	0,00	261442

**Correlação significativa no nível de 0,01.

Considerações Finais

A permanência na educação superior é um grande desafio de relevância social e econômica, com conseqüências nas taxas de diplomação, evasão e na composição do mercado de trabalho. Estratégias para promover a permanência dos estudantes vêm

sendo discutidas e implantadas com o envolvimento de diversos atores, incluindo gestores do Estado e das IES. Geralmente, as iniciativas são voltadas para o acesso ao ensino superior, incluindo a ampliação da oferta de vagas, principalmente em regiões desfavorecidas economicamente e cotas de reserva social e étnica, além da expansão de vagas no período noturno. Porém, essas medidas, voltadas para o setor público, não promovem alterações na estrutura política, social e econômica determinantes das condições que dificultam o acesso. Na iniciativa privada programas de financiamento dos estudos garantem o acesso, mas, não a permanência, uma vez que parte desses estudantes têm dificuldades de se manterem na educação superior, mesmo com o financiamento ou bolsas obtidas. Essas políticas representam, sem dúvida, tentativas de diminuição de desigualdades. Para além do acesso, os estudantes do ensino superior, necessitam de condições para sua permanência, o que, se tiver melhoria, deve provocar reflexos na qualidade dos cursos de graduação e taxas de concluintes dos mesmos. Entre o ingresso e a conclusão dos estudos, os estudantes podem receber diversas formas de apoio e situações que reforcem seu vínculo com a vida acadêmica, diminuindo suas chances de desligamento e conseqüente abandono dos estudos. Esse estudo demonstra que há uma relação negativa entre tais formas de apoio ou atividade e o desligamento dos alunos. Tais dados devem ser considerados e inseridos no panorama de discussões sobre estratégias e investimentos alvos para aumentar o índice de permanência dos alunos no ensino. A democratização da educação superior passa pela garantia de acesso e permanência de estudantes que, desfavorecidos na competição pelo ingresso, quando o fazem, não possuem condições de permanência e conclusão dos estudos.

Referências

Andrade, A. I. T., Silva Jr., L. H., Almeida, A. N., Melo, L. M. C. & José Angelo Belloni. (2017). O perfil do aluno reintegrado nos cursos de graduação da Universidade de Brasília entre os anos 2000 e 2014. *Perspectiva Econômica*, 13(2):134-146.

Associação das Mantenedoras do Ensino Superior (julho,2018). Brasil precisa dobrar crescimento anual de matrículas na educação superior para atingir meta do PNE. Recuperado em 15 outubro 2018 em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/2899/brasil-precisa-dobrar-crescimento-anual-de-matriculas-na-educacao-superior-para-atingir-meta-do-pne>.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010b. Recuperado 13 outubro 2018 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa da União, Brasília, DF, 30 de agosto de 2012. Recuperado em 13 outubro 2018 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm >.

Costa, D.D., & Ferreira, N.I.B. (2017). O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação*

Superior (Campinas), 22(1), 141-163. <https://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772017000100008>

Cury, C. R. J. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. *Cadernos de Pesquisa* (35), n. 124, p. 11-32, São Paulo: FCC, jan./abr. 2005.

Guareschi, N. M. F., Wendt, G.W. & Dhein, G. (2011). As atividades de pesquisa, extensão e monitoria na formação em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 10(3), 387-403. Recuperado em 20 de outubro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712011000300009&lng=pt&tlng=pt.

Imperatori, Thaís Kristosch. (2017). A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, (129), 285-303. <https://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP] (2017). *Censo da Educação Superior*. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 6/08/2018.

Maciel, C. E., Lima, E. G. S. & Gimenez, F.V. (2016). Políticas e permanência para estudantes na educação superior. *RBP AE*, v.32, n.3, p.759-781.

Moreira, A. M. A., Santos, C. A., Nogueira, D. X. P. & Lozzi, S. P. (2018). Para além do acesso: A Universidade de Brasília e as políticas de Permanência. In: XXVI Seminário Nacional da Rede Universitas- BR. *Anais do XXVI Seminário Nacional da Rede Universitas- BR*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. MG, 645-650.

Nery, M.B.M., Santos, J.A, Santos, J.A & Sampaio, S.M.R. (2011). Um novo universitário: estudantes de origem popular na UFBA. In: Sampaio, S.M.R. (Org). *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]* (pp. 93-113). Salvador: EDUFBA.

Pacheco, E. & Ristoff, D.I. (2004). Educação superior: democratizando o acesso. Brasília: *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais* (Série Documental. Textos para discussão n. 12).

Schwartzman, S. (julho 2013). A Crise da Universidade. *Ensino Superior* nº 10 (julho-setembro), 2013. Recuperado em 17 outubro 2018, de <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-crise-da-universidade>
Tinto, V. (1997). Classrooms as Communities: Exploring the Educational Character of Student Persistence. *Journal of Higher Education*, v.68 n.6 p.599-623.

Wainer, J. & Melguizo, T. (2018). Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. *Educação e Pesquisa*, 44, e162807. Epub 12 de janeiro de 2017. <https://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201612162807>